



USO DE REPERTÓRIO CULTURAL EM LIVROS DIDÁTICOS DE LINGUAGEM PARA JOVENS E ADULTOS

USE OF CULTURAL REPERTOIRE IN LANGUAGE TEXTBOOKS FOR YOUNG PEOPLE AND ADULTS

DOI: 10.5281/zenodo.11138001

Alexsandra Vasconcelos Pereira¹

RESUMO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) evoluiu para além de suas limitações originais, hoje reconhecida como um componente fundamental dos princípios democráticos que nutre o desenvolvimento de indivíduos críticos e engajados. Ao longo da história, a EJA encontrou inúmeros desafios, incluindo desinteresse e marginalização, particularmente em relação ao seu envolvimento nas reformas curriculares nacionais. Lamentavelmente, é frequentemente relegado a uma posição secundária nas políticas educativas, recebendo menos prioridade em comparação com o ensino primário e secundário. Diante do exposto o estudo tem como objetivo geral analisar a aplicabilidade das competências sobre repertório cultural e cultura digital da Base Nacional Comum Curricular no âmbito do livro didático de linguagens e suas tecnologias da Educação de Jovens e Adultos, adotado pelo Colégio Estadual de Ourolândia. Este estudo adotou uma abordagem de pesquisa não experimental e transversal, com foco na análise documental exploratória, qualitativa e descritivo-analítica. Através desta metodologia, procurou-se formular hipóteses preliminares baseadas na familiaridade do pesquisador com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), visando pesquisas futuras mais detalhadas ou a modificação e esclarecimento de conceitos. Com o avanço tecnológico contínuo, é vital que os educadores se adaptem e adotem inovações para superar desafios, promover a inclusão e desenvolver habilidades socioemocionais. A tecnologia não deve ser vista como uma barreira à interação humana, mas como uma ferramenta para unir os mundos físico e digital.

Palavra-chave: Educação. BNCC. Jovens e Adultos.

¹Esta publicação é um recorte da tese do Programa em Ciências da Educação da Universidad del Norte (Uninorte).



ABSTRACT

Youth and Adult Education (EJA) has evolved beyond its original limitations, today recognized as a fundamental component of democratic principles that nurtures the development of critical and engaged individuals. Throughout its history, EJA has encountered numerous challenges, including lack of interest and marginalization, particularly in relation to its involvement in national curriculum reforms. Regrettably, it is often relegated to a secondary position in education policies, receiving less priority compared to primary and secondary education. In view of the above, the study's general objective is to analyze the applicability of the skills on cultural repertoire and digital culture from the National Common Curricular Base within the scope of the language textbook and its technologies for Youth and Adult Education, adopted by the Colégio Estadual de Ourolândia. This study adopted a non-experimental and cross-sectional research approach, focusing on exploratory, qualitative and descriptive-analytical document analysis. Through this methodology, we sought to formulate preliminary hypotheses based on the researcher's familiarity with the National Common Curricular Base (BNCC), aiming for more detailed future research or the modification and clarification of concepts. With continued technological advancement, it is vital that educators adapt and embrace innovations to overcome challenges, promote inclusion, and develop social-emotional skills. Technology should not be seen as a barrier to human interaction, but as a tool to bridge the physical and digital worlds.

Keyword: Education. BNCC. Young people and adults.

1. INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) tem se destacado como um modelo educacional que valoriza os princípios democráticos e promove o desenvolvimento de indivíduos reflexivos e ativos na sociedade. Tradicionalmente enfrentando desafios como marginalização e falta de prioridade, especialmente nas reformas educacionais, a EJA muitas vezes fica em segundo plano em comparação com o ensino básico e médio.

Segundo Barcelos (2006), o reconhecimento formal dos direitos da EJA levou a mudanças marcantes. Para que a EJA seja eficiente e justa, é essencial compreender sua trajetória e características distintas, com o objetivo de mitigar as desigualdades educacionais no Brasil. Apesar de ser um tema frequente nas discussões de políticas



educacionais, a representação adequada da EJA em documentos fundamentais, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), ainda é uma questão pendente.

As novas diretrizes para a EJA, implementadas em dezembro de 2020 e atualizadas em maio de 2021, buscam alinhar-se com a Política Nacional de Alfabetização e adaptar-se ao ensino a distância. No entanto, Maia (2022) critica que essas mudanças podem simplificar excessivamente e favorecer interesses privatizantes, o que pode ser prejudicial para o sistema educacional do país. Maia enfatiza a importância de uma formulação curricular que valorize e respeite as particularidades da EJA, garantindo assim uma abordagem mais robusta e inclusiva.

Com a evolução tecnológica, a sala de aula também se transforma. A integração de recursos digitais enriquece a aprendizagem colaborativa e contínua, redefinindo o papel dos educadores para facilitadores do conhecimento. Segundo Silva (2018) e Fantin (2017), é crucial que os professores se mantenham atualizados sobre as novas tecnologias para integrá-las eficazmente em suas práticas pedagógicas. Moran (2013) destaca que a tecnologia serve como um suporte essencial, possibilitando experiências de aprendizado inovadoras e adaptáveis ao contexto digital dos estudantes.

Diante do exposto o estudo tem como objetivo geral analisar a aplicabilidade das competências sobre repertório cultural e cultura digital da Base Nacional Comum Curricular no âmbito do livro didático de linguagens e suas tecnologias da Educação de Jovens e Adultos, adotado pelo Colégio Estadual de Ourolândia. E como objetivo específico:

- Identificar e analisar os recursos didático-pedagógicos disponíveis para professores e alunos da Educação de Jovens e Adultos no Colégio Estadual de Ourolândia;



- Contextualizar como a Base Nacional Comum Curricular foi adotada no ensino básico do mesmo colégio, com foco nas diretrizes aplicadas especificamente à Educação de Jovens e Adultos;
- Descrever e examinar como as competências relacionadas ao repertório cultural e à cultura digital influenciam o ensino-aprendizagem.

As temáticas referentes à Educação de Jovens e Adultos (EJA) têm sido, cada vez mais, objetos de estudo de pesquisadores da área de educação. Essas pesquisas buscam entender tanto a dimensão pedagógica quanto os aspectos estruturais que envolvem essa modalidade de ensino. Nesse cenário, além do importante papel desempenhado pelo livro didático, temos observado a tecnologia assumir, paulatinamente, a relevante função de facilitadora do processo de aprendizagem, contribuindo para que haja um efetivo desenvolvimento do sujeito que aprende e de suas relações interpessoais. Por isso, este estudo é sobremaneira relevante, pois visa questionar o lugar ocupado pela EJA nos documentos oficiais que norteiam a educação brasileira, a fim de que esse processo educativo seja compreendido em seus aspectos constantes e coletivos, e para que entendamos como utilizar outras ferramentas, além do livro didático, nessa modalidade de ensino.

2. DESAFIOS E EVOLUÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

Nas primeiras décadas do século XXI, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) enfrenta desafios significativos, como a necessidade de políticas específicas para seu



currículo. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN) de 1996, incorporou a EJA como uma modalidade essencial da educação básica no Brasil, destacando a importância de abordagens de aprendizagem adequadas para alunos de diferentes faixas etárias. Historiadores como Rezende (2018) traçam o desenvolvimento da EJA desde a educação jesuíta no século XVI, passando pelas mudanças pós-expulsão dos jesuítas, até as iniciativas educacionais do Império e da República no Brasil. Durante o Império, a educação voltou-se para os interesses da monarquia, e na República, foram mantidos privilégios para as elites, com poucos avanços na educação básica para a população em geral. As iniciativas noturnas para alfabetização de adultos surgiram como respostas às demandas de analfabetos marginalizados.

O artigo 5º do Decreto nº 7.031-A de 1878 especificou que cursos noturnos estariam disponíveis para homens analfabetos maiores de 14 anos, marcando um progresso significativo, embora limitado, na educação de adultos. A Proclamação da República não melhorou substancialmente o acesso à educação, continuando a favorecer as classes dominantes e excluindo os analfabetos do voto.

O período republicano promoveu discussões sobre a reestruturação da sociedade e consolidou um modelo político que ainda negligenciava a educação de jovens e adultos, como indicam Reis e Lima (2021). A Segunda República trouxe algumas iniciativas governamentais para erradicar o analfabetismo e integrar a educação de adultos ao sistema educacional, refletindo em políticas que buscam reparar as deficiências históricas de acesso à educação.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), revista em 1996, regulamentou a educação de jovens e adultos, ressaltando a importância de proporcionar educação formal a essa população. Os artigos 37 e 38 da LDBEN detalham as responsabilidades do Estado em garantir a educação de jovens e adultos, incluindo a



articulação com a educação profissional e a adequação ao contexto e às necessidades dos alunos (BRASIL, 1996).

3. DEFINIÇÃO CONCEITUAL

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é essencial tanto para o desenvolvimento individual como comunitário, contribuindo para sociedades mais equitativas em diversos setores, como saúde, trabalho, justiça e cultura. Esse papel tornou-se ainda mais crítico durante a pandemia de COVID-19, que desafiou a modalidade devido ao fechamento de escolas e à necessidade de adotar rapidamente métodos de ensino à distância. Este período evidenciou a vulnerabilidade dos alunos da EJA, muitos dos quais já enfrentavam exclusão educacional anteriormente.

As respostas educacionais à crise incluíram a implementação de tecnologias de informação e comunicação (TICs) para facilitar a continuidade do ensino e aprendizagem. Essas mudanças não só foram uma resposta imediata à crise, mas também refletiram uma transformação mais ampla na educação, onde o aprendizado é cada vez mais mediado por tecnologias digitais e ocorre em ambientes virtuais. A pandemia acelerou a necessidade de adaptação a esses novos cenários, desafiando professores e alunos a utilizar os espaços digitais de forma mais efetiva e integrativa.

Autores como Moreira, Henriques e Barros (2020) destacam que a evolução das TICs e redes de comunicação impulsionou a emergência de novos modelos de comunicação educacional, exigindo uma rápida adaptação. A importância de caminhos de aprendizagem que utilizem a tecnologia para fomentar um "coletivo inteligente", expandindo as capacidades cognitivas através de experiências coletivas no ciberespaço.



Munhoz (2011) discutem como as tecnologias podem superar limitações físicas tradicionais de tempo e espaço, criando novas oportunidades de aprendizado independente.

Por fim, Silva (2018) ressalta o desenvolvimento de práticas pedagógicas que integrem essas tecnologias, reforçando a necessidade de adaptação dos professores aos novos paradigmas educacionais. Lázaro, Sato e Tezani (2018) enfatizam a adoção de metodologias ativas que promovam a autonomia do aluno, transformando-o em protagonista do seu processo de aprendizagem. Essas mudanças refletem um esforço contínuo para equiparar a educação com as demandas de uma sociedade cada vez mais digitalizada e interconectada.

Esta metodologia incorpora o uso de tecnologias ao ensino sem substituir completamente o modelo tradicional, mas integrando ambos para melhorar o processo educativo. O b-Learning não só complementa como transforma o ensino, aproveitando o crescente acesso à internet e o desenvolvimento da educação a distância para introduzir métodos inovadores de ensino. O ensino híbrido visa atender às demandas das novas gerações por uma educação mais eficaz e adaptada à realidade tecnológica, combinando os benefícios do ensino online com os da sala de aula tradicional (Zuquello; Baldo, 2019).

Diferencia-se também o ensino remoto da educação a distância (EaD). O primeiro adapta temporariamente o modelo presencial para o online em resposta a emergências, como a pandemia, utilizando tecnologias digitais sem preparação prévia. Já a EaD é uma modalidade pedagógica estabelecida que já estava em desenvolvimento antes da pandemia, oferecendo uma estrutura robusta para o ensino a distância (Rondini, Pedro, Duarte, 2020).

A pandemia exigiu que sistemas educacionais com infraestrutura previamente desenvolvida implementassem rapidamente o ensino remoto. As escolas utilizaram tecnologias novas e existentes para facilitar o acesso dos alunos a recursos educacionais



por meio de plataformas digitais como Google Meet, Google Classroom e outros (Paz, 2020; Rondini, Pedro, Duarte, 2020).

É crucial, além de transmitir conhecimento, formar criticamente os envolvidos no processo educativo, usando as tecnologias para promover uma educação que combata a opressão e as desigualdades e contribua para o desenvolvimento de indivíduos conscientes e humanizados. A construção de políticas públicas que assegurem acesso e sustentabilidade a todos os alunos é fundamental para a garantia de direitos e para uma sociedade mais inclusiva e democrática (Couto; Couto; Cruz, 2020).

4. METODOLOGIA

Este estudo adotou uma abordagem de pesquisa não experimental e transversal, com foco na análise documental exploratória, qualitativa e descritivo-analítica. Através desta metodologia, procurou-se formular hipóteses preliminares baseadas na familiaridade do pesquisador com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), visando pesquisas futuras mais detalhadas ou a modificação e esclarecimento de conceitos. O objetivo foi explorar, de forma geral, um fenômeno pouco estudado, conforme apontado por Gil (2008), e especificamente entender como a BNCC aborda as competências sobre repertório cultural e cultura digital no contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Focando no caráter documental, a pesquisa visou desvendar a integração das competências mencionadas em documentos normativos da educação brasileira. Após revisão de literatura relevante e análise da BNCC, o estudo se concentrou em como um livro didático, usado por professores de linguagens e suas tecnologias nas primeiras séries da EJA, desenvolve habilidades relacionadas à autonomia do aluno e à interação com a cultura digital.



Para a coleta de dados, foi empregada a técnica documental, analisando-se o principal documento normativo da educação básica brasileira — a BNCC. Conforme Fonseca (2002), esta abordagem permite utilizar fontes primárias que variam desde documentos oficiais até multimídias. O processo de análise incluiu uma pré-análise para definir os objetivos e nortear o estudo, a organização do material com foco em competências específicas da BNCC e o tratamento dos dados, que envolveu a análise detalhada de um capítulo específico do livro didático em questão.

Considerando os aspectos éticos, especialmente diante da necessidade de adaptações por conta da pandemia de COVID-19, todas as etapas foram planejadas para assegurar a integridade e apropriada utilização dos materiais analisados, incluindo a obtenção de autorizações necessárias para o uso de materiais educativos do Colégio Estadual de Ouroândia, Bahia.

5. RESULTADO E DISCUSSÃO

No atual contexto educacional, a importância da atuação dos professores foi fundamental para a adaptação ao ensino remoto, com cada educador buscando estratégias eficazes dentro de suas possibilidades e com o suporte de suas instituições e coordenações educacionais locais. As escolas foram desafiadas a prosseguir com suas atividades, implementando aulas virtuais e materiais impressos, e a totalidade dos recursos oferecidos deveria ser avaliada por sua cobertura disciplinar e período letivo, e não apenas pela soma de recursos disponibilizados (Cani et al., 2020).

Em regiões rurais, as mudanças impactaram significativamente a comunidade escolar, especialmente para estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA), que



enfrentam barreiras adicionais como transporte público e limitações para acesso digital, tais como a falta de dispositivos móveis compatíveis com aplicativos educacionais e conectividade insuficiente (Cani et al., 2020).

Diretrizes nacionais foram estabelecidas para adaptar a carga horária escolar durante a crise, promovendo o uso de métodos não presenciais, como vídeo aulas, redes sociais e materiais didáticos impressos, visando minimizar o contato presencial após a pandemia (Cani et al., 2020). Diversas ferramentas digitais foram recomendadas para apoiar o processo educativo remoto, incluindo plataformas de videoconferência, envio de arquivos por e-mail, fóruns de discussão, e recursos interativos para engajamento dos estudantes (Paz, 2020; Rondini; Pedro; Duarte, 2020).

Os desafios enfrentados pela educação à distância são muitos, incluindo barreiras tecnológicas e resistências ao uso intensivo de novas ferramentas. A pandemia revelou desigualdades significativas no acesso à tecnologia, com grande parte da população enfrentando limitações para se conectar à internet (Couto; Couto; Cruz, 2020). Estudos apontam que há uma disparidade na eficácia do aprendizado remoto em comparação com o ensino presencial, destacando as dificuldades em manter a qualidade educacional através de métodos digitais (TPE, 2020).

A necessidade de adaptar as práticas pedagógicas para o ensino remoto é evidenciada pelo uso crescente de tecnologias educacionais. No entanto, a implementação dessas tecnologias ainda enfrenta desafios significativos, incluindo a falta de familiaridade com as ferramentas de EaD entre alunos e educadores, e a necessidade de ambientes de aprendizagem que suportem efetivamente a educação digital.

A situação no Colégio Estadual de Ouroelândia ilustra os desafios adicionais, onde a ausência de livros didáticos complica ainda mais a educação, evidenciando a necessidade



de materiais adaptados às realidades locais e ao público da EJA, para que o aprendizado seja mais significativo e engajador (CAMACHO et al., 2020; GUSSO et al., 2020).

Este contexto reforça a necessidade de abordagens pedagógicas inovadoras pós-pandemia, onde a interação direta entre professores e alunos, mesmo em um ambiente digital, é crucial para o sucesso educacional, demonstrando que a adaptação a novas realidades tecnológicas não é apenas possível, mas essencial para o futuro da educação.

Percebemos que, além da definição pouco atraente do termo literatura, não parece haver grande preocupação com a parte imagética que acompanha a informação verbal. Sabemos da riqueza da nossa literatura, o tema poderia ter sido introduzido por meio de ilustrações mais atraentes, de charges ou de fragmentos literários capazes de despertar no público-alvo da EJA o interesse pelo conteúdo a ser discutido. Outra opção seria deixar para o professor a escolha do texto inicial, que cada um selecionaria de acordo com as manifestações artístico-literárias de seu município, por exemplo.

Ao analisarmos o livro didático de linguagens e suas tecnologias da EJA, constatamos que a forma como conteúdos e atividades são estruturados não possibilita a apreciação de textos diversos sobre o assunto ou a organização de oficinas de escrita e reescrita, argumentação ou debates. Na organização do livro didático prevalece a urgência em “ler” o conteúdo e realizar atividades técnicas e decorativas, sem muito espaço para o uso de recursos tecnológicos ou digitais (cabe mencionar que a competência 5 também é denominada “cultura digital”). Pressupomos que, para tal livro didático, os recursos e aplicativos que os estudantes usam diariamente devem ser esquecidos durante a “aula”, e que tecnologia e conteúdo de sala de aula ocupam espaços distintos e devem permanecer em compartimentos diferentes e distanciados.



Essa situação se deve ao fato de que a educação tradicional fixou certos modos e metodologias de ensinar e aprender que se mostram totalmente fora de contexto diante das necessidades e desafios que enfrentamos atualmente.

Podemos observar que, com a inserção das tecnologias digitais da informação e comunicação (TDICs) no ambiente escolar e nas práticas pedagógicas, o uso de novas metodologias de ensino para assegurar a permanência dos jovens na escola é cada vez mais urgente. Nesse viés, nas últimas décadas vivenciamos uma mudança de paradigma que vem surgindo dos desafios que se colocam à nossa frente, o que implica na busca de novos sentidos para concepções de informação, comunicação e conhecimento. Por muito tempo, grande parte das informações e dos conteúdos voltados ao conhecimento esteve restrita aos espaços físicos de prédios escolares, museus e bibliotecas, e hoje podemos vivenciá-los em diversos suportes distintos. Evidentemente, para que isso funcione, os professores precisam das ferramentas adequadas, o que tem se buscado fornecer na educação básica, mas não na EJA.

Evidentemente, assumir a responsabilidade pela tecnologia digital móvel e usá-la como material educacional não é uma tarefa fácil. À primeira vista, pode até parecer relativamente simples, pois esse tipo de tecnologia está diuturnamente se tornando parte de nossa dinâmica diária. No entanto, é importante que o uso de componentes digitais móveis seja destinado a fins educacionais também. Conforme aponta Kenski (2003), as tecnologias devem ser compreendidas e consideradas pedagogicamente para que ocorram mudanças no processo educacional, sendo necessário o devido respeito às especificidades do ensino e, também, à própria tecnologia, no intuito de garantir que o seu uso tenha um impacto real.

Para o uso pedagógico correto de uma fonte tecnológica selecionada é necessário levar em consideração o fato de que a educação tecnológica diz respeito ao uso profissional das melhores ferramentas educacionais disponíveis na aula e no futuro. Na era dos alunos



da geração digital, ou seja, alunos domésticos digitais que constantemente usam várias ferramentas tecnológicas, criando mais interações comunicativas e processando informações rapidamente, em um mundo cada vez mais dinâmico e interativo, verificamos que um grande número de alunos conhece tecnologias que lhes permitem descobrir, comunicar e publicar, mas nem sempre para fins de autoestudo (Zuquello; Baldo, 2019).

Para este estudo, selecionamos o capítulo do livro de linguagens e suas tecnologias da EJA que trata do tema “literatura”, periodizando-a e fragmentando-a em datas e características. Mas a literatura que apaixona, encanta e evidencia os sentimentos mais diversos de alegria, tristeza ou angústia não sairá de textos periodizantes e distanciados da realidade do aluno.

O sentido surge quando o estudante tem acesso a temas e obras que tratam de pessoas tão reais quanto ele, com desafios semelhantes e formas parecidas de enfrentar e viver a vida – aí sim o quadro muda, o corpo desperta e a efusão e ebulição de ideias fermentadas em sua memória vêm à tona, porque é estando com os nossos que seguimos a estrada com segurança, com força, com fé, acreditando que vale a pena “aguentar o tranco”, e a vida ganha brilho (como destacamos anteriormente, muitos alunos da EJA interromperam os estudos, voltando para a sala de aula anos depois em turno oposto àquele do trabalho). Sem esse despertar, a vida ocorre de maneira mecânica, a contragosto, sem gosto, sem gás, sem brilho, sem vontade, por isso consideramos tão relevante a competência 3 da BNCC.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O avanço de um país depende crucialmente da qualidade de sua educação, que influencia áreas fundamentais como política, economia, sociedade e ciência. A pandemia



de COVID-19 impôs desafios consideráveis ao setor educacional, exigindo adaptações às normas sanitárias preventivas, o que afetou profundamente a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Essas adaptações foram particularmente difíceis para alunos e professores em áreas com acesso limitado à internet.

Em regiões com problemas de conectividade, a falta de recursos financeiros para acesso doméstico à internet exacerbou as barreiras ao progresso educacional para os envolvidos na EJA. Dados de 2018 indicam que o Brasil ainda apresentava altos índices de analfabetismo, com 11,3 milhões de pessoas analfabetas, representando 6,8% da população acima de 15 anos. Apesar de uma redução gradual no analfabetismo, a velocidade dessa melhoria tem sido lenta.

A pandemia intensificou os desafios já existentes na educação, relacionados ao emprego, pobreza, gravidez na adolescência, violência e problemas emocionais, impactando diretamente jovens e adultos. A interrupção das aulas presenciais prejudicou o desenvolvimento cognitivo, especialmente para aqueles já desfavorecidos educacionalmente.

O papel das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) tornou-se crucial na educação durante a pandemia, facilitando a inclusão digital e tornando o aprendizado mais acessível. Contudo, a integração dessas tecnologias no ambiente educacional tem sido gradual, com desafios específicos para a EJA.

Para efetivar a incorporação de recursos digitais nas instituições de ensino, é essencial considerar aspectos físicos, digitais, humanos e sociais. Um planejamento cuidadoso e treinamento especializado são fundamentais para desenvolver um currículo que atenda às necessidades dos alunos e professores de EJA.

Com o avanço tecnológico contínuo, é vital que os educadores se adaptem e adotem inovações para superar desafios, promover a inclusão e desenvolver habilidades



socioemocionais. A tecnologia não deve ser vista como uma barreira à interação humana, mas como uma ferramenta para unir os mundos físico e digital.

A pandemia oferece uma oportunidade para preparar as futuras gerações para um mundo que valoriza a inovação e a conectividade. No entanto, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) ainda favorece métodos tradicionais, negligenciando a EJA, o que pode aumentar as taxas de evasão escolar e negar a esse grupo o direito à educação. É imperativo que novas políticas preencham essas lacunas para garantir um sistema educacional inclusivo e abrangente para todos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARCELOS, V. **Formação de professores para Educação de Jovens e Adultos**. Petrópolis, Brasil: Vozes, 2006.

CAMACHO, A. C. L. F. *et al.* Alunos em vulnerabilidade social em disciplinas de educação à distância em tempos de COVID-19. **Research, Society and Development**, Rio de Janeiro, Brasil, v. 9, n. 7, p. 1-12, 2020.

CANI, J. B. *et al.* Educação e covid-19: a arte de reinventar a escola mediando a aprendizagem “prioritariamente” pelas TDIC. **Revista Ifes Ciência**, Espírito Santo, Brasil, v. 6, ed. especial, n. 1, p. 23-39, 2020.

COUTO, E. S.; COUTO, E. S.; CRUZ, I. de M. P. #Fiqueemcasa: educação na pandemia da COVID-19. **Inter Faces Científicas**, Aracajú, Brasil, v. 8, n. 3, p. 200- 2017, 2020.

FANTIN, M. Educação, aprendizagem e tecnologia na pesquisa-formação. **Educação e Formação**, Fortaleza, Brasil, v. 2, n. 3, p. 87-100, 2017.

KENSKI, V. M. **Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação**. São Paulo, Brasil: Papirus, 2003.



LÁZARO, A. C.; SATO, M. A. V.; TEZANI, T. C. R. Metodologias ativas no ensino superior: o papel do docente no ensino presencial. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO E TECNOLOGIAS, ENCONTRO DE PESQUISADORES EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (CIET: EnPED), 2018, São Carlos. **Anais [...]**. São Carlos, Brasil: Universidade Federal de São Carlos, 2018. p. 1-12.

MORAN, J. M. Ensino e aprendizagem inovadores com apoio de novas tecnologias. *In*: MORAN, J. M.; BEHRENS, M. A.; MASETTO, M. T. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. Campinas, Brasil: Papirus, 2013. p. 11-66.

MOREIRA, J. A.; HENRIQUES, S.; BARROS, D. M. V. Transitando de um ensino remoto emergencial para uma educação digital em rede, em tempos de pandemia. **Dialogia**, São Paulo, Brasil, n. 34, p. 351-364, 2020.

MUNHOZ, A. S. **O estudo em ambiente virtual de aprendizagem**: um guia prático. Curitiba, Brasil: IPEX, 2011.

REIS, R. C. P.; LIMA, V. F. P. Direito à educação e pandemia: reflexões sobre um estado para direitos no Brasil. **Revista de Direitos Sociais, Seguridade e Previdência Social**, Florianópolis, Brasil, v. 7, n. 1, p. 95-113, jan./jul. 2021.

REZENDE, L. D. **O desafio da formação continuada do professor em escolas inclusivas da rede estadual da região leste de Goiânia**. 2018. 225 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, Brasil.

RONDINI, C. A.; PEDRO, K. M.; DUARTE, C. dos S. Pandemia do Covid-19 e o ensino remoto emergencial: mudanças na práxis docente. **Interfaces Científicas –Educação**, Aracaju, Brasil, v. 10, n. 1, p. 41-57, 2020.

SILVA, L. N. da. As tecnologias digitais na docência: desafios para a formação e atuação dos professores dos anos iniciais no contexto da BNCC. *In*: ENCONTRO NACIONAL DAS LICENCIATURAS, 7, 2018, Campina Grande. **Anais [...]**. Campina Grande, Brasil: Realize, 2018. p. 1-15.



REVISTA OWL (*OWL Journal*)

www.revistaowl.com.br – ISSN: 2965-2634

ZUQUELLO, A. G.; BALDO, A. Tecnologia e educação: *b-learning*, uma nova forma de ensinar. **ForScience**, Formiga, Brasil, v. 7, n. 2, p. 1-13, 2019.

Recebido em: 30/03/2024

Aprovado em: 24/04/2024

Publicado em: 07/05/2024